

30 ANOS DE SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE UMA CONQUISTA DE ABRIL

A criação de um serviço público de saúde resultou em Portugal da iniciativa revolucionária do povo e de muitos profissionais de saúde no contexto da Revolução de Abril. A Constituição designou-o como Serviço Nacional de Saúde e inscreveu-o como instrumento da concretização da responsabilidade prioritária do Estado em garantir o direito à saúde (art.º 64º).

Contra ele estiveram sempre os chamados “interesses instalados” na saúde, designadamente a direita médica, os grupos privados dominantes na produção e distribuição de produtos farmacêuticos e equipamentos e os grupos financeiros privados com as respectivas seguradoras. São resultados muito significativos quase **30 anos** de actividade do SNS (que paradoxalmente cresceu e se estruturou apesar de sistematicamente atacado e desacreditado) a taxa de mortalidade infantil que em 1975 era de 36/1000 e baixou para os actuais 4,85/1000 e a esperança média de vida à nascença que em 1973 era de 69 anos e actualmente de 78,17. A Organização Mundial de Saúde, no seu Relatório sobre a Saúde Mundial 2000, **classificou-nos** em 12º lugar a nível mundial, à frente de países como a Grã-Bretanha, Alemanha, Canadá e EUA. Todavia, foi possível a esse conglomerado de “interesses instalados”, através da acção conjugada do PS, PSD e CDS, impedir a articulação e exploração das integrais potencialidades do SNS, parasitando-o e utilizando-o como instrumento da transferência de recursos públicos para a acumulação privada. As reformas de Correia de Campos são um exemplo, encerrando no público para abrir no privado.

O Serviço Nacional de Saúde **geral**,

universal e gratuito nunca foi aceite pela direita. Foi por iniciativa do PS que se introduziram as taxas moderadoras.

Mas, não se pode falar verdadeiramente em acesso à saúde sem acesso aos medicamentos. Lembramos que foi o *Centrão* (PS, PSD e CDS) que acabou com a indústria nacional de produção de medicamentos, oferecendo às multinacionais a sua exploração, criando uma total dependência e instrumento de chantagem.

Como é geralmente reconhecido o problema mais grave do SNS é o do acesso aos seus cuidados. Durante anos e anos foi crescendo o número dos que, sem recursos, esperam a sua vez muito mais do que é clinicamente aceitável.

Nada pode justificar que o serviço público seja incapaz de responder às prementes necessidades dos doentes. Só o desinvestimento e a má gestão do SNS podem explicar a sua insuficiência, com os graves prejuízos económico-sociais que arrasta.

Ao apresentar em 1998 um projecto Lei-Quadro da administração e gestão democrática dos Centros de Saúde, Hospitais e Sistemas Locais do SNS, o PCP abriu a porta à possibilidade de se retomar o rumo de um serviço público para todos. O PS não viabilizou tal projecto!

Não deixaremos de lutar por esse objectivo de um serviço público para todos.

Para isso é preciso dar mais força ao PCP



AS TAXAS “DESMORALIZADORAS” NA SAÚDE

As taxas ditas moderadoras na saúde foram alvo de debate e decisão na Assembleia da República.

As propostas em confronto foram todas chumbadas pela maioria PS.

O diploma do BE propunha a revogação das taxas nos internamentos e nas cirurgias em ambulatório.

O diploma do PSD também previa a revogação das taxas no internamento e cirurgias em ambulatório.

O Projecto de Lei do CDS previa a revogação apenas das taxas cobradas em cirurgias de ambulatório.

O Projecto de Lei do PCP visava a revogação de todas as taxas moderadoras na Saúde.

O fundamento do pedido de tal revogação assenta no princípio de que os cuidados de saúde devem ser gratuitos no âmbito do Estado e na

constatação que o montante obtido através dessas taxas quase não paga os encargos da sua cobrança. Além da sobrecarga burocrática que provoca não modera a necessidade de cuidados de Saúde que só pode ser conseguida por outros meios, como a educação para a saúde, tarefa primeira dos cuidados de saúde primários.

O alcance desta perversão do estatuto originário do SNS em que os cuidados eram gratuitos deve-se à mentalização de que “**quem quer saúde paga-a**”. Isso mesmo se depreende de declarações do ex-ministro Correia de Campos ao dizer que a intenção do Governo “não foi a de moderar nem financiar mas preparar a opinião pública”. Se dúvidas houvesse!...

Dá mais força à CDU!

MATERNIDADES: A GRANDE BURLA

O encerramento das maternidades públicas é um caso exemplar de como as “reformas” na saúde se fundaram em pressupostos que apenas visaram descartar deveres do Estado, remetendo-os para o domínio dos negócios privados.

Recorde-se que um desses pressupostos (verdadeiro finca-pé) era o número mágico dos 1500 partos/ano sem os quais não se geravam as condições de segurança e qualidade.

Qual a actual situação?

Em traços largos: há em Portugal 25 locais no sector privado onde se fazem partos segundo a Entidade Reguladora da Saúde; só 2 (dois) deles têm mais de 1500 partos/ano; só 6 fazem mais de um parto/dia; alguns nem fazem um/semana.

Que consequências daí advêm?

A percentagem de cesarianas nestas 25 unidades vai de 43 aos 100%. Mas na maioria delas vai de 80 a 90 % nos seus nascimentos, ultrapassando de longe os critérios da Organização Mundial de Saúde na relação cesarianas por partos.

Com o encerramento das maternidades públicas ficaram as populações mais desguarnecidas e afastadas dos centros de nascimento ou, em alternativa, o recurso aos privados, tantas vezes incomportável.

Sempre em nome da qualidade, eficiência e racionalidade se foi criando o espaço aos lucros privados.

São estes os factos, assentes em números, que devem ser confrontados com a falsidade do discurso de Sócrates/PS, agora virado à esquerda, na defesa do SNS (o mesmo se pode dizer no que respeita à Escola Pública).

São estes os factos que devem ser ponderados nos próximos actos eleitorais.

EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE, DÁ MAIS FORÇA À CDU.

A SAÚDE E O PARLAMENTO EUROPEU

Em 2006 foi aprovada a famigerada **directiva Bolkestein** que introduz o princípio da liberalização de vastos sectores de actividade, incluindo áreas sensíveis do sector público como a água, a educação e formação, serviços de segurança, serviços postais, habitação social, a energia etc...

Essa liberalização interessa aos grandes grupos económico-financeiros da área dos serviços que, agindo num quadro de desregulamentação, poderão deslocar de um país para outra mão-de-obra mais barata, baixando assim generalizadamente os níveis salariais em toda a União Europeia.

Imagine-se, por exemplo, um Tec. De Diag. e Terapêutica, um Médico ou uma Enfermeira romena contratada nas condições sócio laborais do seu país, com salários muito baixos, para trabalhar em Portugal ou em Espanha!...

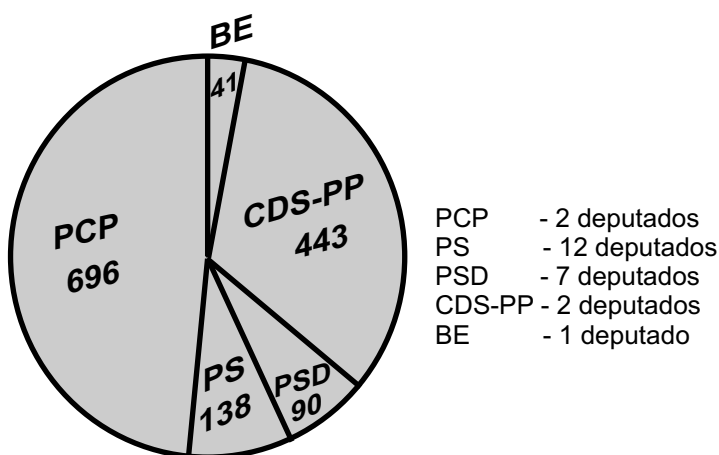
Porém, não se aplicando esta directiva aos cuidados de saúde e reconhecidas algumas dificuldades nas zonas transfronteiriças, vem agora o Parlamento Europeu tentar a sua aplicação nestas zonas, confundindo o direito à saúde com a transformação desta em mercadoria

Trata-se, no dizer de **Ilda Figueiredo**, deputada no Parlamento Europeu pelo PCP, de “fazer entrar pela janela o que tinha saído pela porta da luta na proposta da directiva Bolkestein”.

Mais uma vez os negócios a sobreporem-se às funções dos Estados de garantir o direito à saúde!

Compare a produção das diferentes forças políticas portuguesas no Parlamento europeu

Média de Intervenções por Deputado



Ver informação mais completa no site do Parlamento Europeu, e relativos ao período entre Julho de 2004 e Março de 2009

BREVES

- **Somos o país mais desigual da União Europeia em que os 20% mais ricos maior diferença têm dos 20% mais pobres;**
- **Cerca de 2 milhões de portuguesas têm um rendimento abaixo dos 366 euros por mês;**
- **O número de trabalhadores com contrato a prazo atingiu 882 800 (22,3% dos trabalhadores por conta de outrem) e o trabalho precário 32 %;**

Mais força à CDU

**no Parlamento Europeu
na Assembleia da República
nas Autarquias**



MARCHA PROTESTO CONFIANÇA E LUTA

23 MAIO

15H00 • SALDANHA - MARQUÊS POMBAL • LISBOA

Contra a crise, a exploração, o desemprego, a corrupção e as injustiças, afirmar-se-á nas ruas de Lisboa a indignação e o protesto, a exigência de ruptura e mudança, de uma nova política e de um novo governo.

Está na hora de dizer Basta ! Participa



FRASES E... COMENTÁRIOS

O cabeça de lista do PS ao Parlamento Europeu, Vital Moreira, escreveu no Público 22-04-08 que *“esse rotativismo entre os dois grandes partidos (PS e PSD) tem permitido um funcionamento regular e relativamente bem sucedido do nosso sistema político (...) trata-se de partidos suficientemente diferentes para funcionarem como alternativa um ao outro; por outro lado são suficientemente próximos para as mudanças de governo se façam sem riscos de rupturas políticas imprevisíveis....”*

Em suma, se Manuela Ferreira Leite se tivesse antecipado bem poderia ter em Vital Moreira seu cabeça de lista.

P.S. Nota-se a contradição que é a ideia de alternativa quando afirma serem (o PS e o PSD) “partidos suficientemente diferentes” e “suficientemente próximos”.

A única conclusão a tirar desta “inconsciente confissão é a da alternância nas mesmas políticas de direita, ou seja, ora agora governas tu, ora agora governo eu... à direita!”

Sabia que:

- ◆ O Serviço Nacional de Saúde tem cerca de 120.000 trabalhadores, 2,2% da população activa do país, metade dos quais são médicos e enfermeiros?
- ◆ Os médicos são cerca de 23.000, 7.000 nos Centros de Saúde e 16.000 nos Hospitais e os enfermeiros são perto de 37.000, 7.000 nos Centros de Saúde e 30.000 nos Hospitais?
- ◆ Os Centros de Saúde são 347, muitos com extensões e os Hospitais são 92, com um total de 25.800 camas?
- ◆ O número de consultas por ano ronda os 30.000.000 nos Centros de Saúde e 8.500.000 nos Hospitais e que recorrem aos serviços de urgência mais de 6.000.000 doentes?
- ◆ São internados por ano, cerca de 900.000 doentes?
- ◆ São efectuadas mais de 500.000 intervenções cirúrgicas por ano?
- ◆ Nascerem, por ano, cerca de 100.000 crianças, a grande maioria em Maternidades do Estado?
- ◆ O PCP luta para que o Estado assumas as suas responsabilidades, reforçando o seu investimento nas estruturas do Serviço Nacional de Saúde?

JUNTA-TE A NÓS! LUTA E RESISTE COM O PCP

Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados os quais nos permitem contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:
PCP - Av. Liberdade, 170
1250-146 Lisboa

www.pcp.pt
sector.saude@dorl.pcp.pt